PROTECIONISMO

À flor da pele

Começa um novo round *nas disputas comerciais entre EUA e União Européia: a carne bovina com hormônio*

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Com movimento estimado em US$15,5 bilhões em 1998, os EUA compraram e venderam da União Européia (UE) respectivamente US$7,2 bilhões e US$8,3 bilhões em mercadorias agrícolas. Diante de um comércio de tamanha magnitude, não há pano quente para ocultar os conflitos comerciais entre ambos. As mazelas estão expostas e fica cada vez mais difícil administrá-las: depois do episódio conhecido como "guerra das bananas", um outro capítulo envolveu o imbróglio nas transações de carne bovina com hormônio. Outros, certamente, virão mais à frente.

Espírito positivo

Os apelos do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Renato Ruggiero, são pela conciliação, com recomendações de "espírito positivo" para ambas as partes. Na mesa de negociações as peças do jogo são movidas pelo secretário da Agricultura dos EUA, Dan Glickman, e o comissário da UE para a Agricultura, Franz Fischer. Entre eles, mesmo com a disputa sendo clara e antagônica, as estratégias de xeque-mate não podem prevalecer.

Tendo como porta-voz a representante de Comércio Charlene Barshefsky, os EUA estão implacáveis e ameaçam aplicar tarifas de US$920 milhões sobre as mercadorias da UE. O valor coincide com a receita que os norte-americanos dizem estar perdendo anualmente com exportações de banana (US$520 milhões) e carne bovina (US$ 400 milhões). Em face do grau de repercussão das agroexportações em seus negócios internos, a posição do país se torna mais contundente em questões dessa natureza.

Novo regime

Na chamada guerra das bananas, se a vitória não foi plena, quem lavrou o tento foram os EUA. A OMC reconheceu o direito de os norte-americanos retaliarem produtos europeus com sobretaxas de até US$191,4 milhões por ano. Para escapar dessa punição a UE estuda um novo regime de cotas.

UE: países tradicionais na exportação de bananas

- Belize
- Camarão
- Cabo Verde
- Côte d'Jurire
- Dominica
- Granada
- Jamaica
- Madagascar
- Somália
- St. Lúcia
- St Vincent & The Grenalines
- Suriname

Banana: participação no mercado mundial

1000 t

Empresa	*EUA*		*Japão*		*UE*		*Total*	
	Volume	*%*	*Volume*	*%*	*Volume*	*%*	*Volume*	*%*
Chiquitita	1.485,89	35	114,27	12,30	777,37	18,50	2.377,53	25,40
Dole	1.485,89	35	227,61	24,50	630,30	15,00	2.343,80	25,00
Del Monte	764,17	18	181,16	19,50	336,16	8,50	1.281,49	13,70
Outros	509,05	12	406,37	43,70	2.458,17	58,00	3.373,58	35,90
Total	4.245,00	100	929,40	100	4.202,00	100	9.376,40	100

Os maiores beneficiados são as grandes empresas norte-americanas, que gozam de larga participação no comércio mundial de bananas. Essas corporações têm plantações em regiões que propiciam maior rentabilidade e competitividade, por conta de escala, clima, solo e, obviamente, tecnologia.

Na parte prejudicada, aparecem os 12 países tradicionais, que por força da Convenção de Lomé, de 1975, eram privilegiados de isenções tarifárias nas vendas de até 857,7 mil toneladas de suas produções para a UE. Eles constituem a base da Associação Caribenha dos Exportadores de Banana, onde os agronegócios ligados à cultura representam atividades de relevante importância econômica. Essas nações sentiram os efeitos perversos da decisão da OMC.

Pelo menos temporariamente a banana saiu de cena e deu espaço a outro litígio: o veto imposto pela UE contra a importação de produtos cárneos que se utilizaram de promotores de crescimento. A punição vem desde 1989. O prazo para começar a retaliação venceu em 13 de maio último. Com os pareceres da OMC correndo a favor dos EUA, a Comissão Européia decidiu postergar até 15 de dezembro a proibição para que as negociações possam progredir. Até lá, novidades certamente deverão surgir.

Análise equivocada

Desses dois casos particulares envolvendo produtos agropecuários, seria lícito concluir que o mercado internacional segue a tendência de queda nas subvenções, menores distorções comerciais e maior direcionamento para o mercado? Claramente, não. Uma análise desse tipo seria equivocada, se julgada à luz do recente relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): em 1998, o apoio total à agricultura foi calculado em US$ 362 bilhões, cerca de 37% da sua receita bruta, contra 32% em 1997.

Na verdade, à exceção da Coréia do Sul e da Nova Zelândia, todos os países da OCDE elevaram suas taxas de financiamento à produção agrícola. Os níveis variaram entre eles. Enquanto a maior proteção foi estabelecida pela Suíça, com 37% da receita bruta, a menor ocorreu na Nova Zelândia, com 1%. Na UE, o índice chegou a 45% e nos EUA ficou em 22%. Frente a tal realidade e às vésperas do começo da Rodada do Terceiro Milênio, é difícil imaginar que os subsídios agrícolas não venham a ser fonte de atrito na busca de consenso de comércio internacional.